O GLOBO
Publicado em 21/06/2022 - 05:57

Pressão acelera mudanças no comando da Petrobras

COMBUSTÍVEL ELEITORAL

APÓS A PRESSÃO, A RENÚNCIA

Presidente da Petrobras deixa o cargo, e governo corre para emplacar sucessor e controlar diretoria

MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

ALEXANDRE CASSIANO 0-10-2018

Turbulência. Petrobras divulgou seis comunicados ao mercado em poucas horas. O diretor de Exploração e Produção, Fernando Borges, assume interinamente

Alvo de pressão do presidente da República e do Congresso, José Mauro Ferreira Coelho renunciou ao comando da Petrobras após 67 dias no cargo, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim, em seu blog. O reajuste de 14,26% no diesel e de 5,18% na gasolina na refinaria, anunciado na última sexta-feira, fez com que as declarações contra o executivo escalassem, com um telefonema do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ao executivo, ameaças de criação de uma CPI da Petrobras, de investigação sobre gastos e patrimônio da diretoria e de seus parentes e acusações de que era uma liderança "ilegítima".

Faltando menos de quatro meses para as eleições, a saída de Coelho abre caminho para uma corrida contra o tempo no governo para emplacar o sucessor. E, a partir, daí promover mudanças no Conselho de Administração e na diretoria. O aumento dos preços dos combustíveis se tornou a maior dor de cabeça da campanha de reeleição de Jair Bolsonaro. A renúncia de Coelho — que já tinha sido demitido em maio, mas aguardava a aprovação do sucessor indicado pelo governo — permite uma "via expressa" para a troca no comando, sem a necessidade de convocar assembleia de acionistas, o que significaria mais um mês sem um titular.

Hoje, o Comitê de Elegibilidade da Petrobras recebe a documentação para analisar o nome do indicado pelo governo, Caio Paes de Andrade, secretário de Desburocratização do Ministério da Economia. Ele é considerado homem de confiança de Paulo Guedes e tem bom relacionamento com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida.

DO CONSELHO À PRESIDÊNCIA

Será feita uma análise de antecedentes de integridade e de currículo e capacitação profissional. Quando o nome de Paes de Andrade foi indicado, especialistas criticaram a falta de experiência dele no setor de óleo e gás, o que estaria em desacordo com a Lei das Estatais.

Os documentos serão analisados por uma equipe de cinco pessoas, das quais apenas quatro votam. O quinto só participa se houver empate. Eles têm até sete dias para votar, de acordo com as regras da estatal. Apesar da pressão do governo e de parte dos integrantes do Conselho de Administração da Petrobras ligada ao presidente Jair Bolsonaro, a previsão é que haja um parecer a partir de quinta-feira.

A partir desta recomendação, o Conselho pode eleger Caio como integrante do colegiado e, em seguida, ele pode assumir imediatamente a posição de presidente da estatal.

Ao ser nomeado, Caio já poderia indicar diretores para a empresa, que vão precisar ser posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração. O nome do executivo seria ratificado em assembleia de acionistas posteriormente.

Enquanto o caso não avança, o presidente do conselho, Márcio Weber, indicou o diretor de Exploração e Produção, Fernando Borges, para chefiar a estatal interinamente. Ele está há 38 anos na Petrobras.

Em outra frente, enquanto o governo articula a troca rápida na empresa, o Congresso discute outras medidas para reduzir o preço dos combustíveis, inclusive ampliando a fatia permitida de gastos fora do teto, a regra fiscal que restringe o avanço de despesas públicas.

As pressões na Petrobras de Bolsonaro e de Lira são para que ela mude a política de preços. Desde o governo Michel Temer, a estatal segue a paridade de preços internacional, que repassa ao valor na refinaria flutuações do petróleo e do dólar. Com a proximidade das eleições, porém, a expectativa é que a nova diretoria seja instada a segurar preços.

A diretoria da Petrobras vinha argumentando que represar reajustes colocaria o país em risco de sofrer desabastecimento, pois cerca de 30% dos combustíveis são importados. Quando a Petrobras cobra menos do que o valor do mercado, isso desestimula a importação.

Em um sinal da turbulência, a Petrobras divulgou em poucas horas seis comunicados ao mercado, incluindo os de troca no comando, distribuição de uma primeira parcela de dividendos no valor de R$ 24,2 bilhões e movimentação atípica de ações. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu investigação para apurar o comportamento dos papéis.

BOLSONARO INSISTE EM CPI

Após a saída de Coelho, as ameaças de criação de uma CPI perderam força. O vice-presidente, Hamilton Mourão, afirmou que não há tempo para a articulação de deputados e senadores porque o país está entrando em "fase eleitoral":

— CPI acho que não vai nem andar, não tem nem tempo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, em entrevista à jornalista Andréia Sadi, do g1, não haver clima para uma CPI:

— CPI é para casos muitos excepcionais e fatos constituídos.

Bolsonaro, porém, disse a apoiadores que quer a CPI:

— Investiga o cara, pô. Se não der em nada, tudo bem. Agora, os preços da Petrobras são um abuso.

Lira, no fim da noite, disse que o deputado Altineu Côrtes (RJ), líder do PL, partido do presidente, está recolhendo assinaturas para a instalação de uma CPI. *(Colaboraram Alice Cravo, Camila Zarur e Bruno Góes)*

UM CARGO COM ALTA ROTATIVIDADE

Roberto Castello Branco

Demitido em fevereiro de 2021, após o quarto aumento de combustíveis. Bolsonaro disse que o executivo era 'insensível' e tinha gestão voltada apenas para lucros.

Joaquim Silva e Luna

Demitido em março, o sucessor de Castello Branco ficou 343 dias no cargo. Mesmo com reajustes mais esporádicos, desagradou ao governo ao cumprir a política de preços.

José Mauro Ferreira Coelho

Executivo renunciou após forte pressão do presidente e do Congresso. Ele havia sido demitido após 40 dias no cargo e aguardava a análise de dados do sucessor.

Fernando Borges, o interino

Diretor de Exploração e Produção foi nomeado como interino por Márcio Weber, presidente do conselho. Ele deve ficar até a eleição do nome indicado pelo governo.

Caio Paes de Andrade, o nome do governo

Secretário de Desburocratização de Guedes aguarda análise pelo Comitê de Pessoas para ser eleito em assembleia. Falta de experiência na área é alvo de crítica.

ENTREVISTA

Luiz Marcatti, PRESIDENTE DA MESA CORPORATE GOVERNANCE

'SÃO INÉDITOS ATAQUES COMO ESSES'

JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

O ataque que a Petrobras vem sofrendo mostra os defeitos de um governo que quer ser empresário. A avaliação é do presidente da Mesa Corporate Governance, Luiz Marcatti, consultoria especializada em governança corporativa.

Há registro de ataques tão fortes contra a Petrobras?

São inéditos ataques como esses. Até pelas circunstâncias da empresa. Até 2017, o governo fazia o que queria como controlador, inclusive na política de preços. Nos governos do PT, a companhia foi usada para fazer política monetária para conter a inflação, mas destruindo o seu valor de mercado. No governo de Michel Temer foi criada uma trava a isso. O governo agora está impedido de tomar decisões de cunho político para influenciar o destino da empresa, inclusive sob o risco de ter que indenizar acionistas em caso de prejuízo. A porteira estava aberta e agora colocaram tranca na porteira.

Qual o efeito para a empresa?

Duvido que Executivo e Legislativo estejam preocupados com o quanto custa encher o tanque com esses aumentos. A preocupação é como a inflação poderá afetar negativamente a corrida eleitoral. É o defeito natural do governo que quer ser empresário. Quando recebe os dividendos, está tudo legal. Mas quando o impacto negativo dos preços afeta a imagem do governo, é ruim. Não dá para guiar uma empresa pelo interesse próprio. Essa sequência de atritos impacta no ambiente administrativo. Traz insegurança ao investidor, e a petrolífera perde valor.

A postura do governo abre espaço para que a empresa seja alvo de *class actions* (ações coletivas nos EUA)?

Por enquanto, não vejo fato concreto que justifique uma *class action*. Temos ameaças, e o mercado reagindo. Mas se o governo interferir na política de preços, aí ela pode ser alvo de ações de acionistas.

Como o senhor vê a aprovação do teto do ICMS no Congresso?

Isso tinha que ter sido feito dentro de uma reforma tributária mais ampla. Um projeto que prevê que os estados sejam indenizados pelas perdas que vão ter com essa limitação do ICMS significa subsídio. É o contrário do que o governo pregou no início do mandato: "Menos Brasília e mais Brasil".

Privatizar a empresa pode ser o caminho para resolver a questão dos preços?

O governo não existe para ser empresário. A privatização é o caminho natural. A questão é que o preço dos combustíveis está subindo no mundo inteiro, com a alta do petróleo. Nos EUA, nunca o preço esteve tão alto. É problema global. E privatizar uma empresa como a Petrobras não é fácil.

MÍRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Insensatez petrolífera

A furiosa escalada de agressão do governo contra a Petrobras é um evento do mundo da economia, mas integra o processo de desmonte institucional do país. A Lei do Petróleo de 1995 determina que a Petrobras funcione como uma empresa de economia mista, o que significa que ela não pode operar deliberadamente no prejuízo para atender ao interesse de um dos seus acionistas. A Lei das Estatais limita o governo como acionista controlador. Dentro desse arcabouço institucional é que se construíram as regras de governança e de definição de preços da companhia.

O desmonte institucional no qual Bolsonaro se empenha desde o primeiro dia do governo já atingiu outros poderes e diversos órgãos do Executivo. O caso da Petrobras mostra como a democracia brasileira está funcionando mal. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, se comporta, não como um líder de outro Poder, mas como um ajudante de ordens do chefe do Executivo. E tão empenhado em agradar ao comandante que parece histérico. Ontem, falou em "terrorismo corporativo" ao se referir a José Mauro Coelho, que estava no cargo de presidente, apenas para não deixar uma empresa deste tamanho acéfala. Lira exigiu sua saída. Ele, de fato, renunciou. No Judiciário, o papel de ajudante de ordens foi executado pelo ministro André Mendonça, que deu prazo para a companhia "explicar" os preços.

O governo ataca a empresa que o governo tem o controle e recebe a prestimosa ajuda de integrantes dos outros poderes. Isso mostra quebra da institucionalidade pelos dois lados. Membros de outros poderes sendo a *longa manus* do Executivo. E as regras da economia e do mercado acionário sendo inteiramente desrespeitadas.

Dentro desse ataque desesperado de Bolsonaro à Petrobras, ele ameaçou até com uma CPI. Seria a primeira CPI do governo contra o governo. Seria pedida pela situação para investigar uma empresa de maioria de capital estatal e a diretoria nomeada pelo próprio governo. Evidentemente uma situação tão surreal torna o Brasil pouco confiável como local de investimento, afugenta o capital estrangeiro, que tem hoje 44,51% do capital total da Petrobras, e o investidor local, que tem 18,88% do capital. O governo tem apenas 36,61% do total, mas controla a companhia por ter a maioria das ações com direito a voto. O risco é a Petrobras ser alvo de mais uma *class action*, como já enfrentou no caso da Lava-Jato e que a levou a pagar multas bilionárias.

Intervenção na Petrobras faz o Brasil se afastar do modelo que funciona na Noruega para seguir o desastre da Venezuela

Os ministérios da Economia e das Minas e Energia sabem que mentem quando falam em vender as ações para privatizar a companhia. É parte da simulação de Bolsonaro. Eles, na verdade, integram hoje o comitê de campanha da reeleição. Por isso nem entrarei aqui nos argumentos para provar que é mentira. É mentira, simplesmente. Mas ontem as mentes binárias do mercado financeiro começaram a discutir isso como uma possibilidade. Será usado em especulação.

Qual é o truque de toda essa delirante escalada? Bolsonaro tenta pôr a culpa dos preços altos na Petrobras, se afastar do ônus da impopularidade e ainda dizer para os eleitores que ele tentou resolver, mas foi impedido. A oposição não sabe o que fazer porque não vai defender preço alto de combustível em plena campanha eleitoral. Pode, no máximo, dizer que propôs a criação de um fundo de compensação de preços, e realmente propôs, que se fosse posto em prática a tempo o país não estaria numa situação tão delicada.

Se a Petrobras praticar preços abaixo do mercado terá que importar com prejuízo — comprar a um preço mais baixo do que oferecerá no mercado interno. Isso fere todo o arcabouço institucional que regula as empresas de economia mista. O Brasil se afastará do modelo que funciona na Noruega, por exemplo, e se aproximará do desastre que é o modelo da Venezuela. Esse caminho é contra as leis econômicas e contra as leis que regulam as empresas estatais. Há um risco dessa confusão acabar produzindo desabastecimento de diesel.

Se toda essa violência — demissão de três presidentes, ofensas a um presidente já demitido, ameaças a diretores e à própria empresa — der certo, o preço cairá um pouco. Não será um grande alívio para o consumidor. Em compensação, o país terá perdido reputação como destino de investimento, e o governo estará fazendo tudo isso para subsidiar combustíveis fósseis em plena emergência climática. Uma completa insensatez.

Lira quer mudar Lei das Estatais por MP

Presidente da Câmara diz que empresas com controle do governo se tornaram 'seres autônomos'. Além disso, sugere elevar imposto do setor de petróleo. No Senado, proposta é dobrar recursos fora do teto de gastos para frear preço nas bombas

MANUEL VENTURA E BRUNO GÓES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A troca no comando da Petrobras abriu caminho para o surgimento de uma série de propostas no Congresso que aumentam a ingerência do governo sobre estatais, aumentam a taxação do setor de óleo e gás e ampliam o volume de recursos fora do teto de gastos para frear o preço dos combustíveis nas bombas. A multiplicação de iniciativas ocorre a menos de quatro meses das eleições.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu na noite de ontem que o Ministério da Economia e o governo atuem para mudar as regras que regem as estatais. Após reunião com líderes de partidos e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Lira disse que as empresas com controle do governo viraram "seres autônomos". Desde sexta-feira, quando foi anunciado o reajuste de combustíveis pela Petrobras, Lira tem discutido medidas para combater a alta nos preços dos combustíveis.

— Que os assuntos infraconstitucionais sejam resolvidos mais rapidamente por medidas provisórias. Medidas que possam melhorar a Lei das Estatais, que permitam uma maior sinergia entre as estatais e o governo do momento. O que se aprovou lá atrás, muito em cima do rebote das operações (da Lava-Jato) que o Brasil passou, transformou as estatais em seres autônomos e com vida própria, dissociadas do governo do momento — afirmou.

Lira voltou a falar sobre iniciativas para subsidiar combustíveis, embora ainda não haja consenso. Nos últimos dias, ele tem citado a hipótese de até dobrar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas de óleo e gás (porque não seria possível aumentar apenas a da Petrobras) ou tributar a exportação de petróleo bruto.

MARINA RAMOS

Mudanças por MP. Arthur Lira diz que empresas viraram seres com vida própria, dissociados do governo do momento

ATÉ R$ 50 BI FORA DO TETO

Hoje, o setor paga a alíquota geral da CSLL, de 9%, mas as petroleiras entregam outras receitas públicas, como royalties e participações especiais sobre a produção e Imposto de Renda. Outra saída, vista com maior viabilidade no grupo, é criar um imposto de exportação. Diferentemente da CSLL, esse tributo teria vigência imediata. Ontem, Lira afirmou que a mudança poderia ser por meio de medida provisória.

— Iremos discutir propondo também que venham por MP alterações no sistema de formatação de aumento de impostos nas questões dos lucros. Isso nós precisaremos ainda de uma discussão mais pormenorizada com relação aos aspectos jurídicos e técnicos, se isso só envolve Petrobras ou setor de combustíveis ou envolve outros setores no Brasil — afirmou, ao final da reunião.

Enquanto na Câmara o debate gira em torno das regras para estatais e dos recursos para subsídios, no Senado a discussão se concentra no gasto dos recursos, abrindo margem fiscal para subsídios a pouco mais de três meses da eleição.

Parlamentares aliados do governo e o Palácio do Planalto discutem elevar para cerca de R$ 50 bilhões a autorização para despesas fora do teto de gastos (a regra que trava o aumento dos gastos federais à inflação do ano anterior), a fim de tentar reduzir o preço dos combustíveis. Essa autorização seria incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) em discussão no Senado que prevê, entre outras coisas, a compensação aos estados que zerarem o ICMS do diesel até o fim do ano.

A PEC foi anunciada no início deste mês pelo presidente Jair Bolsonaro como forma de compensar parcialmente os estados que zerassem o ICMS do óleo diesel. Inicialmente, a PEC prevê um gasto fora do teto de R$ 29,6 bilhões com esse fim, dentro de um pacote total de R$ 46,4 bilhões, que inclui desoneração de tributos federais. Agora, está em discussão elevar a despesa acima do teto para R$ 50 bilhões. O objetivo é ter espaço para gastar e reduzir o combustível na bomba. Essa é a principal preocupação de Bolsonaro e da cúpula do Congresso neste momento.

Uma das possibilidades é usar o espaço para dar um subsídio para o diesel diretamente na bomba e para o gás de cozinha no botijão. Outra ideia é o pagamento de um auxílio para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos e a ampliação do Auxílio Gás, criado no ano passado para famílias de baixa renda.

O dinheiro para subsidiar os combustíveis seria obtido com propostas que a Câmara discute, mas para as quais ainda não há consenso.

Surgiu a possibilidade de carimbar o dividendo distribuído pela Petrobras à União para projetos de subsídio. Só no primeiro trimestre, o total destinado para dividendos pela Petrobras soma R$ 48,5 bilhões, sendo R$ 17,7 bilhões para a União (governo Federal, BNDES e BNDESPar).

CVM vai investigar oscilação atípica dos papéis da Petrobras

Ações sobem após troca no comando, que, para analistas, afasta risco de CPI

BRUNO ROSA E VITOR DA COSTA
economia@oglobo.com.br

As oscilações atípicas das ações da Petrobras desde o início deste mês estão sendo investigadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, ontem a estatal informou ter recebido questionamentos da B3, a Bolsa brasileira, sobre a mesma questão.

Com as mudanças no comando da empresa e os rumores sobre novos reajustes, a movimentação das ações ordinárias (ON, com direito a voto) aumentou 115% entre os dias 6 e 17, enquanto a dos papéis preferenciais (PN, sem voto) saltou 231%.

Segundo a B3, trata-se de um procedimento padrão para qualquer empresa listada. A Bolsa ressaltou que não investiga as companhias, apenas pede esclarecimentos. Conforme a resposta, pode haver novos passos.

A CVM tem hoje oito processos abertos contra a estatal, além do questionamento sobre a movimentações atípicas. Segundo o site da entidade, foi aberto processo para apurar os diversos relevantes divulgados ontem.

A Petrobras disse que "não tem conhecimento de qualquer ato ou fato relevante pendente de divulgação que possa justificar as oscilações registradas no preço, na quantidade e no número de negócios".

Ontem, apesar de muita volatilidade, inclusive com suspensão temporária das negociações, as ações da Petrobras fecharam em alta. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da estatal subiram 0,87%, a R$ 30,19, e os preferenciais (PN, sem voto) avançaram 1,14%, a R$ 27,62. Na abertura do mercado, chegaram a cair 5%.

A suspensão das negociações se deveu aos fatos relevantes divulgados pela empresa sobre a troca na presidência: foram seis comunicados.

Para o analista da casa de análise Top Gain, Sidney Lima, a renúncia de José Mauro Coelho afastou os temores de uma CPI, daí a alta das ações.

Rafael Antunes, sócio da Inove Investimentos, observa que a indicação de um nome técnico (Fernando Borges), mesmo que interino, acalmou os ânimos:

— As cenas dos próximos capítulos são mais importantes. Saber como eles (governo) vão emplacar o Caio Paes de Andrade como novo CEO.

O Ibovespa subiu 0,03%, aos 99.853 pontos. Já o dólar comercial avançou 0,85%, a R$ 5,1867, a maior cotação desde 14 de fevereiro. Para Fabrício Gonçalvez, CEO da Box Asset Management, isso reflete a maior percepção de risco por causa da Petrobras.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 11 e 12

Copyright © Clipclap 2025.